



ATA DE REUNIÃO 13-11-2023

Aos treze dias do mês de novembro de dois mil e vinte e três, às 10:00h, na Sala de Reunião nº 305, situada no 3º andar, do Anexo II, do Edifício Advogado Pedro Milton de Brito, do Complexo do Tribunal de Justiça da Bahia, reuniram-se os integrantes da Comissão Permanente de Acessibilidade e Inclusão - CPAI, para tratar de assuntos da mencionada Comissão, sob a **presidência do Desembargador Rolemberg Costa e do Desembargador Paulo Cesar Bandeira de Melo Jorge. Presentes os magistrados Dra. Marielza Maués Pinheiro Lima, o Magistrado Rilton Goes Ribeiro. O Desembargador Rolemberg Costa, e a juíza Maria do Rosário Passos da Silva Calixto**, ausentes, mas justificaram a ausência. Para além destes, presentes os servidores integrantes desta Comissão: Carolina Argolo Brasil, Diva Maria de Jesus Roxinho, Daiane de Jesus Pinto representando o servidor Pedro Vivas (SEPLAN), João Eudes Alves Ferreira, Fabrício Nascimento Ferreira, Willian de Novaes Coutinho, Bruno Bellas, Jorge Medrado Júnior, Maria Clara Jesus Reis, Leonice Santos Salgado, a servidora Eveline Aguiar dos Santos Alves, encontra-se em licença maternidade e Emile Rocha Rios Moreira representando Moisés Bisesti de Queiroz - Assessor de Comunicação, Larissa Smeraldi, justificaram a ausência. Participaram da reunião de forma telepresencial através do sistema Lifesize - Extensão 6408855, os servidores: José Romilson Mascarenhas, Daniela Pelosi de Figueiredo, Larissa Smeraldi, Renato Trigueiro e Felisberto. Lista de presença em anexo. A reunião foi conduzida pelo Desembargador Paulo Cesar Bandeira de Melo Jorge. Passando-se a discussão da seguinte pauta: **1. PROJETO DE CONSCIENTIZAÇÃO SOBRE ACESSIBILIDADE, INCLUSÃO E NÃO DISCRIMINAÇÃO PARA ESTAGIÁRIOS DO TJBA.** Inicialmente, o eminente Desembargador Paulo Cesar Bandeira de Melo Jorge, informou a pauta, em seguida, a servidora Diva Maria de Jesus Roxinho relatou que o Tribunal de Justiça da Bahia por intermédio da CODES, já realiza a capacitação para estagiários do TJBA. Passando a palavra à Dra. Marielza Maués Pinheiro Lima que sugeriu o levantamento da quantidade de estagiários de nível médio do TJBA, com a finalidade de amadurer a ideia em conjunto com a CODES. **2. ELABORAÇÃO DE QUESTIONÁRIO DIRIGIDO AS PESSOAS COM DEFICIÊNCIA NO ÂMBITO DO TJBA.** A servidora Carolina Argolo Brasil sugeriu usar os questionários dos anos anteriores, a fim de realizar uma análise evolutiva, e acrescentar as atuais necessidades das pessoas com deficiência do TJBA, ou seja, realizar um mapa evolutivo. Em continuidade, a juíza Marielza Maués Pinheiro Lima usou como referência o projeto "Direito de ser cuidado", idealizado pela magistrada Élbis Rosane Souza Araújo, cujo objetivo é proporcionar o acolhimento, flexibilização do



trabalho, evitar o constrangimento dos magistrados e servidores que têm filhos PCDs, nesse sentido, a magistrada sugeriu a criação de grupos com a finalidade de acolhimento, um a nível de magistrados e outro a nível de servidores.

3.SUGESTÕES DE PROJETOS PARA 2024. O servidor Fabrício Nascimento Ferreira, Secretário de Administração, apresentou o relatório de infraestrutura disponibilizado pela SEAD, e relatou as melhorias realizadas nas Comarcas do TJBA, deu-se ênfase nas melhorias realizadas como: Os elevadores e plataformas de elevadores instalados na Comarca de Cachoeira, também informou sobre as instalações em andamento na Comarca de Conceição do Almeida, Amargosa e São Félix. Nesse sentido, sinalizou que já existe planejamento para instalações nas Comarcas de Entre Rios, Dias D'Ávila e Jacaraci, relatou acerca da reforma realizada em duas salas do prédio do Tribunal, e salientou, que após as reformas serem finalizadas, darão início a reforma do Pleninho. Pontuou também, as propostas de melhorias previstas para 2024 como: a substituição dos elevadores da Comarca de Vitória da Conquista. Ainda nesse sentido, complementou que ao finalizar essas demandas, objetiva-se apresentar aos membros da CPAI a relação das Comarcas que carecem de melhorias nas plataformas elevatórias ou elevadores, a fim de serem selecionadas novas Comarcas de acordo com o orçamento. Em seguimento, passada a palavra para o servidor Bruno Bellas Prado foi apresentada a planta para reforma das salas de sessões do TJ (ver anexo).

3.1 Ainda, a servidora Diva Maria de Jesus Roxinho Santos sugeriu que na sala do Pleninho seja feita a pauta da sessão em braile, mas foi esclarecido pelo servidor Fabrício Nascimento Ferreira que torna-se mais desafiador a pauta em braile, uma vez que precisa ser disponibilizada toda semana, entretanto, ficou de verificar a possibilidade junto a SETIM, e deu a sugestão da necessidade de ter uma impressora na CEJUD.

3.2. A Dra. Marielza Maués Pinheiro Lima sugeriu a realização de cadastro e preenchimento de questionário no site do TJBA, dirigidos aos usuários dos serviços do TJBA como: Advogados, Defensores Públicos e membros do Ministério Público, a fim relatarem as dificuldades enfrentadas ao que tange a acessibilidade nas Comarcas do TJBA. Em continuidade, a servidora Carolina Argolo Brasil sugeriu que seja feita uma campanha com o objetivo de divulgação do questionário, além de ser enviado um ofício pelo presidente da Comissão para os órgãos como: OAB, Defensoria Pública, Ministério Público com a finalidade de ratificar a campanha.

3.3. A servidora Carolina Brasil sugeriu a criação do manual de acessibilidade que seja criativo, didático e acessível.

4. O QUE OCORRER: A servidora Diva Maria de Jesus Roxinho sugeriu que sejam disponibilizados os materiais das Comarcas que tornaram-se acessíveis em 2023, e o relatório anual a fim de responder ao questionário do CNJ de forma mais efetiva. Em resposta a solicitação, o servidor Fabrício Nascimento Ferreira informou que as informações têm sido disponibilizadas em reunião da CPAI, mas reiterou a importância do relatório com a finalidade de analisar o que ainda precisa ser



realizado, levando em consideração que sempre surgem demandas que ainda não foram visualizadas. **4.1.** O servidor Jorge Medrado Júnior esclareceu como são feitas as solicitações das cadeiras ergonômicas para quem tem problemas de coluna, pontuando que o servidor faz a solicitação pelo SIGA, mediante anexos dos relatórios médicos e dos exames, após chegar na diretoria de suprimento e patrimônio (DSP), é feito uma análise, e caso falte alguma informação, então é feito a devolutiva (Após, preenchidos todos os critérios exigidos), é encaminhado para a diretoria de assistência à saúde (DAS), com a finalidade de obter o parecer, em seguida, retorna para a diretoria de suprimento e patrimônio, depois é feito o encaminhamento para a coordenação de distribuição com a finalidade do envio da cadeira para o servidor ou magistrado. Ainda pontuou, que existe uma particularidade, o parecer da Coordenação de Saúde Ocupacional (COSOP). **4.2.** A servidora Diva Maria de Jesus Roxinho intermediou uma solicitação do público externo acerca da instalação de marca tátil, a fim de facilitar a acessibilidade nas dependências do TJBA, ainda anunciou a publicação realizada no dia vinte e seis de outubro sobre a regulamentação de estágio para PCD. A servidora Daniela Pelosi – SEGESP - informou que devido ser pontuado essa necessidade por parte da própria comissão, além das sugetões do setor de estágio, conseguiu-se esse avanço em relação ao decreto, mas que o levantamento atual da quantidade de estagiários que se autodeclaram com deficiência, ainda é baixo, e sinalizou que o fato do estagiário agora ter que egressar ao TJBA por processo seletivo, tende a aumentar o índice de autodeclaração de PCD, assim será mais fácil cumprir a cota que já era prevista. Sinalizou a necessidade do cumprimento das medidas de acessibilidade nas dependências do Tribunal, e que conseguiu incluir o dispositivo, que caso não consiga cumprir a cota para nível médio, poderá abrir para escola particular, e frizou que todas as unidades que tenham mais de 4 estagiários, será obrigatório a contratação de estagiário com deficiência no quadro, e chamou atenção que muitas unidades não têm condições de receber estagiários com deficiência, e as que recebem tem baixíssimo aproveitamento, devido a falta de recurso de acessibilidade. Passando a palavra a servidora Diva Maria de Jesus Roxinho acrescentou que o relatório dos estagiários e as propostas do próximo ano, tende a visualizar de qual forma pode melhorar, e também com a chegada dos estagiários PCDs podem sinalizar coisas que ainda não foram contempladas. **4.3.** Por fim, a Dr. Marielza Maués Pinheiro Lima relatou sobre a importância de obter os óculos tecnológicos, e propôs a campanha do Natal solidário para doação de óculos OrCam MyEye 2, que permite o acesso fácil, intuitivo e instantâneo à informação e funciona totalmente off-line, enfatizou-se a importância da tecnologia para o TJBA. Ainda, o servidor João Eudes reforçou a importância dos óculos, e da necessidade de ser disponibilizado leitor de tela nos computadores do TJBA. A próxima reunião fica, de logo, agendada para o dia quatro de dezembro de dois mil e vinte e três, às 10h, em sala do Anexo II, sendo que, posteriormente, haverá aviso específico no



grupo do whatsapp. Nada mais havendo a tratar, a reunião foi encerrada e lavrada a presente ata que será assinada pelo Desembargador Vice-Presidente da Comissão.


Desembargador **PAULO CESAR BANDEIRA DE MELO**

Vice- Presidente da Comissão Permanente de Acessibilidade e Inclusão